



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**EMANUELLE RUFINO DE AQUINO**

**FATORES QUE COMPROMETEM AS AÇÕES EDUCATIVAS NO ÂMBITO DOS  
SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS -  
SCFV/GUARABIRA - PB**

**GUARABIRA-PB  
2022**

EMANUELLE RUFINO DE AQUINO

**FATORES QUE COMPROMETEM AS AÇÕES EDUCATIVAS NO ÂMBITO DOS  
SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS -  
SCFV/GUARABIRA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

**Orientador:** Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Marcelo Saturnino da Silva

**GUARABIRA-PB**

**2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A213f Aquino, Emanuelle Rufino de.  
Fatores que comprometem as ações educativas no âmbito dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV/Guarabira-PB [manuscrito] / Emanuelle Rufino de Aquino. - 2022.  
34 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.  
"Orientação : Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva, Departamento de Educação - CH."  
1. Assistência social. 2. Educação. 3. Educador social. I.  
Título

21. ed. CDD 364

EMANUELLE RUFINO DE AQUINO

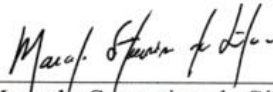
**FATORES QUE COMPROMETEM AS AÇÕES EDUCATIVAS NO ÂMBITO DOS  
SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS –  
SCFV/GUARABIRA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

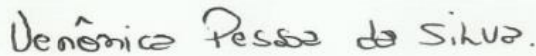
Área de concentração: Educação

Aprovada em: 04/04/2022.

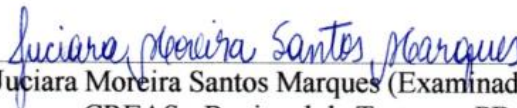
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Verônica Pessoa da Silva - (Examinadora interna)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Esp. Juciara Moreira Santos Marques (Examinadora externa)  
CREAS - Regional de Tavares - PB

“Sábio é o ser humano que tem coragem de ir diante do espelho da sua alma para reconhecer seus erros e fracassos e utilizá-los para plantar as mais belas sementes no terreno de sua inteligência”.

(Augusto Cury)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fluxograma dos princípios da PNAS.....	12
Figura 2 - Esquema da articulação dos serviços conforme o SUAS .....	13
Figura 3 - Fluxograma vulnerabilidades relacionadas.....	14
Figura 4 - CRAS-Centro.....	17
Figura 5 - CRAS do Bairro do Cordeiro.....	17
Figura 6 - Anexo do CRAS - Centro no Bairro São José .....	18
Figura 7 - Anexo do CRAS - Centro no Bairro do Nordeste .....	19

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AABB - Associação Atlética Banco do Brasil, Guarabira

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centros de Referência em Assistência Social

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MAC - Movimento de Adolescentes e Crianças de Guarabira/PB

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MDS - NOB RH - Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Política Nacional de Assistência Social-PNAS .....</b>	<b>10</b>
<b>2.2 O Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2.1 Vulnerabilidades.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2.2 Fortalecimento de vínculos .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2.3 O trabalho do Educador Social.....</b>	<b>15</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
<b>3.1 Tipo de pesquisa .....</b>	<b>19</b>
<b>3.2 Sujeitos da pesquisa.....</b>	<b>20</b>
<b>3.3 Coletas e análise dos dados .....</b>	<b>20</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>21</b>
<b>4.2 Perfil dos educadores sociais .....</b>	<b>21</b>
<b>4.2 Atuações dos educadores sociais .....</b>	<b>22</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>
<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>31</b>
<b>ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -TCLE.....</b>	<b>32</b>



**FATORES QUE COMPROMETEM AS AÇÕES EDUCATIVAS NO ÂMBITO DOS  
SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS –  
SCFV/GUARABIRA - PB**

**FACTORS THAT COMPROMISE EDUCATIONAL ACTIONS IN THE  
FRAMEWORK OF COEXISTENCE AND STRENGTHENING SERVICES -  
SCFV/GUARABIRA – PB**

Emanuelle Rufino de Aquino  
Marcelo Saturnino da Silva

**RESUMO**

O estudo aborda a temática do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que compõe a Proteção Social Básica, no âmbito da Política de Assistência Social. A pesquisa investigou a função do Educador Social, no município de Guarabira-PB, que é um dos profissionais que integram a equipe técnica dos CRAS em atuação nas ações socioeducacionais para crianças e adolescentes e buscou analisar, a partir da perspectiva dos educadores sociais, os fatores que comprometem as ações educativas no âmbito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos - SCFV, do município de Guarabira - PB. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa do tipo descritiva e estruturou-se por meio de leituras teóricas de autores/as, como: Brasil (2004), Brasil, (2009), Minate; Andrade, (2020), entre outros. Foram entrevistados dez (10) educadores sociais, que representam 100% dos profissionais que ocupam essa função no município de Guarabira. Os dados foram coletados via questionário composto por perguntas semiestruturadas no formato *on-line* (*Google Forms*), disponibilizado virtualmente durante os meses de fevereiro/março de 2022. Os resultados evidenciam a importância socioeducativa das atividades promovidas como forma de amenizar as situações de vulnerabilidades vivenciadas pelas crianças e adolescentes participantes SCFV. Identificou-se que as dificuldades estão relacionadas a necessidade de uma infraestrutura adequada para o atendimento, a organização do serviço, a não efetivação dos planejamentos realizados das atividades socioeducacionais e a desvalorização profissional e salarial destes trabalhadores/as, fatores que comprometem a qualidade do SCFV. A pesquisa destaca ainda, a relevância da formação em nível superior para o exercício profissional da função do educador social, preferencialmente na área de educação.

**Palavras-chave:** Assistência social. Educação. Educador social.

**ABSTRACT**

The study addresses the theme of the Service of Coexistence and Strengthening of Bonds (SCFV) that makes up the Basic Social Protection, within the scope of the Social Assistance Policy. The research investigated the role of the Social Educator, in the municipality of Guarabira-PB, who is one of the professionals who are part of the CRAS technical team working in socio-educational actions for children and adolescents and sought to analyze, from the perspective of social educators, the factors that compromise educational actions within the scope of the Services for Coexistence and Strengthening of Bonds - SCFV, in the municipality of Guarabira - PB. The research is characterized as qualitative and descriptive and was structured through theoretical readings of authors, such as: Brasil (2004), Brasil, (2009),

Minate; Andrade, (2020), among others. Ten (10) social educators were interviewed, representing 100% of the professionals who occupy this role in the municipality of Guarabira. Data were collected via a questionnaire composed of semi-structured questions in the online format (Google Forms), made available virtually during the months of February/March 2022. The results show the socio-educational importance of the activities promoted as a way to alleviate the situations of vulnerabilities experienced by the children and adolescents participating in the SCFV. It was identified that the difficulties are related to the need for an adequate infrastructure for the service, the organization of the service, the non-effectiveness of the plans carried out in the socio-educational activities and the professional and salary devaluation of these workers, factors that compromise the quality of the SCFV, The research also highlights the importance of training at a higher level for the professional exercise of the role of social educator, preferably in the area of education.

**Keywords:** Article. Article Model. Word. Word.

## 1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), efetivada em 2004, tem como objetivo a garantia dos serviços de assistência social, na perspectiva de promover o direito à cidadania, sendo de aplicabilidade e responsabilidade do Estado. Está estruturada em dois níveis de cobertura, a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (BRASIL, 2004), a proteção social básica busca previne as situações de vulnerabilidades sociais através do fortalecimento de vínculos entre as famílias e a comunidade, já a proteção especial destina-se às famílias e indivíduos que se encontram em circunstância de risco pessoal e social, quer seja por abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas através da implementando medidas socioeducativas.

Os “Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) se constituem como ‘porta de entrada’ das políticas de assistência e são tidos como equipamentos de referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” BRASIL, 2016, p. 7), vinculando-se a esfera municipal, com o objetivo de favorecer e incorporar as diretrizes de proteção social através de serviços direcionados as famílias em nível de vulnerabilidade e/ou situação de risco (BRASIL, 2004 apud BORBA, 2019).

O presente estudo aborda a temática do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que compõe a proteção social básica. Tais serviços são organizados em grupos, “de modo a ampliar as trocas culturais e de vivências entre os usuários, assim como busca desenvolver o sentimento de pertença e de identidade”. (BRASIL, 2016, p. 13) e são regidos pelos princípios preventivo, protetivo e proativo, com a proposta de prevenir e proteger

os(as) usuários(as) de riscos e violações de direitos, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2009), sendo complementar ao trabalho de assistência social junto às famílias em situações de vulnerabilidade e risco social (MINATE; ANDRADE, 2020).

O SCFV prioriza o fortalecimento das relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes norteados pelos princípios de valorização da vida e da defesa dos direitos e desenvolvimento das capacidades e potencialidades de cada indivíduo, em resposta às situações de vulnerabilidade sociais (BRASIL, 2017).

Comumente a equipe que integra o SCFV se reúne no CRAS, ou em outras instituições socioeducativas a ele referenciadas. Nessas instituições, os (as) educadores planejam, elaboram cronogramas de atividades e estratégias que possibilitem os vínculos através dos diálogos, resoluções de conflito, participação social, construção de projetos de vida, valorização da diferença, conhecimento de direitos e deveres etc. Objetivam, assim, promover atividades que visam despertar nos indivíduos o entendimento das suas condições sociais, buscando vencer as vulnerabilidades sociais ainda existentes (DIAS; SEVERO, 2020).

Dessa forma, a pesquisa realizou-se através da aplicação de questionário com dez (10) educadores sociais vinculados ao CRAS, integrantes ao SCFV do município de Guarabira-PB. E investigou a função do Educador Social no município de Guarabira-PB, que é um dos profissionais que integram a equipe dos CRAS em atuação nas ações socioeducacionais para crianças e adolescentes conforme as Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos (MDS-NOB RH SUAS, 2011).

A intenção foi refletir sobre os fatores que comprometem as ações educativas no âmbito dos SCFV, do município de Guarabira - PB. Como objetivos específicos, destacam-se: (a) Caracterizar os SCFV no município de Guarabira -PB; (b) Identificar as ações educativas no âmbito dos SCFV do município de Guarabira - PB; (c) Identificar os principais fatores que comprometem as ações educativas no espaço dos SCFV do município de Guarabira-PB; (d) Propor ações/modificações na configuração dos SCFV na perspectiva de uma educação promotora de desenvolvimento humano e social.

A escolha da temática está relacionada a minha atuação como Educadora Social no município de Guarabira-PB, exercendo a função há sete anos e realizando atividades cotidianas e pedagógicas com princípios educativos, conforme a política pública da Assistência Social. Além de destacar a atuação do SCFV e sua aplicabilidade, desafios e dificuldades vivenciados pelos profissionais na assistência educativa às famílias em situação de vulnerabilidade no município de Guarabira-PB.

A temática em questão está direcionada ao SCFV que se configura como um dos principais trabalhos associados à Promoção Social Básica, no âmbito da Política de Assistência Social. Espera-se que a pesquisa, ao lançar luz sobre os fatores que comprometem as ações educativas nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, possa contribuir para a melhoria desses serviços e, conseqüentemente, para a efetivação das políticas de assistência social, no território paraibano e brasileiro.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Política Nacional de Assistência Social-PNAS**

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS prioriza o seu atendimento para a população que esteja vivenciando situações que propiciem riscos e vulnerabilidades sociais quer seja “decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, da fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (BRASIL, 2004, p. 33).

A Lei prioriza a segurança e o convívio social da população, valorizando a dimensão societária e o desenvolvimento das potencialidades e subjetividades coletivas, fazendo frente às diversas barreiras relacionais e ressaltando as dimensões da cultura, das relações entre gerações, do território, dentre outras, como expressa o trecho da lei abaixo transcrito:

A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio (...) supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. (...) A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas incitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio. (BRASIL, 2004, p. 26).

A Assistência Social se constitui enquanto política pública, configurando-se como direito à cidadania que é um direito legalizado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 1993 e que se expressa no SUAS.

que por meio de um sistema descentralizado e participativo contribuem na criação de medidas que auxiliam e defendem os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Amparada nos estatutos legais, em 2004 foi elaborada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que como política pública de direito social é assegurada pela Constituição, sistematizada e aprovada a partir do SUAS, e

normatizada pela LOAS, a qual garante a universalidade dos direitos sociais e o acesso aos serviços sócio assistenciais. (BRASIL, 2005, p. 6).

A Política de Assistência Social passou a ser implementada conforme a LOAS - Lei nº 8.742/1993), foi sancionada em 1993 e revisada em 2011 pela Lei nº 12.435/2011, tendo como objetivos “prevenir situações de risco e vulnerabilidade social” (PNAS, 2004, p. 32).

O SUAS, foi instituído através da PNAS em 2004, foi implementado em forma de Lei em 2011, com a aprovação da Lei nº 12.435, que alterou dispositivos da Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), conforme a Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e descreve no Art. 3º os princípios organizativos do SUAS (BRASIL, 2005):

I - Universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II - Gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

III - integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - Intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais;

V - Equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social (BRASIL, 2012, p. 16).

A Proteção Social Básica do SUAS enfatiza o caráter fundamental dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, objeto de estudo desta pesquisa. Os serviços devem promover de experiências e vivências entre as pessoas e os grupos, promovendo o sentimento de pertencimento e de identidade, “por meio do fortalecimento de vínculos familiares e sociais, incentivando a participação social e o convívio comunitário e atuando diretamente nos territórios de vulnerabilidade” (BRASIL, 2010, p.7).

## **2.2 O Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV**

O serviço de proteção social está inserido no atendimento do SUAS, com a proposta de prevenir e resguardar os usuários de algum tipo de risco e de violação de direitos, através do

fortalecimento de seus vínculos com familiares e comunidade (MEDEIROS, 2016). Ainda a esse respeito, Brasil (2017), enfatiza que as particularidades do trabalho na Assistência Social, se configuram na formação e no fortalecimento de vínculos com as comunidades atendidas pelo CRAS, conforme os princípios da PNAS (Figura 1), com o objetivo de prevenir e amenizar as vulnerabilidades sociais, combater as desigualdades, defender a vida e promover o desenvolvimento humano.

**Figura 1**-Fluxograma dos princípios da PNAS.

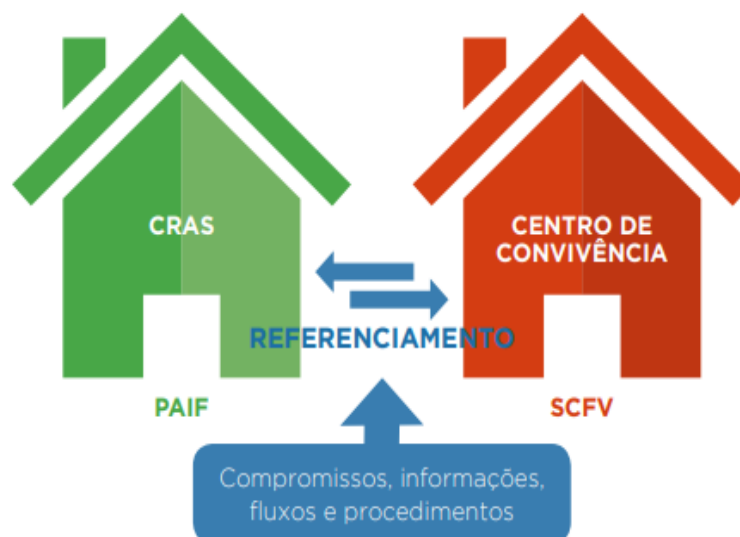


**Fonte:** (BRASIL, 2017, p. 35).

Assim, como descrito nas orientações do SCFV, os objetivos são direcionados para o acompanhamento das famílias e da comunidade na proteção e no desenvolvimento de crianças e adolescentes, bem como no fortalecimento dos vínculos nas comunidades, tendo em vista a amenização das vulnerabilidades sociais no refere-se as crianças e adolescentes (BRASIL, 2016).

Ainda conforme a PNAS, o SCFV deve funcionar em consonância com os projetos e programas da proteção básica, vinculados ao CRAS municipal, mantendo a articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) (Figura 2).

**Figura 2**-Esquema da articulação dos serviços conforme o SUAS.



**Fonte:** (BRASIL, 2016, p.23).

O SCFV está organizado em quatro tipos de atendimento, selecionado por faixa etária: (a) Crianças até 6 anos; (b) Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos; (c) Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos; (d) Pessoas Idosas com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2010, p. 41).

Quanto a estrutura, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS, destacou que a organização e a oferta do SCFV ocorrerão através das regras pactuadas entre Distrito federal, estados e municípios, proporcionando maior flexibilidade na execução dos recursos, como também na organização do trabalho e formação dos grupos na perspectiva de um melhor desenvolvimento das atividades que priorizam o fortalecimento dos vínculos sociais entre a população atendida e a assistência social municipal nos CRAS, disponibilizados através de oficinas e ações comunitárias (BRASIL, 2013).

### 2.2.1 Vulnerabilidades

As vulnerabilidades podem ser entendidas como exposição de indivíduos ou grupos sociais às situações de riscos. Tais situações podem estar relacionados a vida em ambientes urbanos e às condições socioespaciais: segregação socioespacial da população de baixa renda que se expressam em condições precárias da moradia, em termos de infraestrutura, ambiental e de propriedade (MARANDOLA, 2009).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2017), descreve que as vulnerabilidades estão relacionadas ao ambiente habitado,

As vulnerabilidades, por muitas vezes, são produções deflagradas pelo local habitado. Mais que isso, os territórios são produções da interação do meio físico humano e não humano (ambiente), em que a trama das relações cotidianas, seus modos de vida, sua configuração topográfica e morfológica, suas condições de urbanização e infraestrutura urbana (energia, saneamento, drenagem, tratamento de resíduos), suas condições de moradia compõem o cenário e a história ali vivida (BRASIL, 2017, p.52).

As ocorrências de vulnerabilidades podem ocasionar danos ao desenvolvimento humano no campo educacional e ou emocional que, geralmente, associam-se à condição social, visto que a pessoa pode estar inserida em conflitos ambientais, crise econômicas, resultando em situação de pobreza extrema, condições fisiológicas que dificultam a locomoção ou a inserção social e ou situações que remetem aos direitos e deveres sociais. No entanto, a vulnerabilidade não pode ser reduzida apenas a visão material, pois existem causas relacionais como: situação de abandono, isolamento, preconceito, discriminação, confinamento etc. (Figura 3).

**Figura 3** - Fluxograma vulnerabilidades relacionadas.



**Fonte:** (BRASIL, 2017, p. 35).

Portanto, a condição de vulnerabilidade precisa ser compreendida pela situação das pessoas através de alguns segmentos: a inserção e estabilidade no mercado de trabalho, os



conflitos sociais, além do acesso e da disponibilidade de acesso aos serviços públicos, principalmente saúde, educação e assistência social.

### **2.2.2 Fortalecimento de vínculos**

A construção e fortalecimento de vínculos no âmbito da proteção básica de assistência social se anuncia como um desafio de extrema relevância porque contribui na disponibilidade de recursos para lidar com vulnerabilidades do campo social, necessitando de uma política pública que busque erradicar as desigualdades sociais e promova a inclusão dos indivíduos (SPOSATI, 2009).

Portanto, o conceito associado ao fortalecimento de vínculos, agrega valor ao trabalho desenvolvido no âmbito da assistência social e educacional, principalmente quando existe uma ligação entre as famílias e o serviço de assistência social em âmbito municipal.

### **2.2.3 O trabalho do educador social**

A função de educador social, conforme o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no Art. 4<sup>a</sup> da Resolução n.º 09/2014, deve ser exercida por profissional com no mínimo, nível médio de escolaridade. E, conforme Caliman (2009), esta atuação está inserida na categoria de educação não formal, vinculada à política de serviços sociais com função educativa e não só de assistência social.

O educador social tem, por conseguinte, as atribuições de,

- Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades coletivas nas unidades e/ou na comunidade;
- Acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades;
- apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e/ou na comunidade;
- Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado;
- Acompanhar e registrar a assiduidade dos usuários por meio de instrumentais específicos, como listas de frequência, atas, sistemas eletrônicos próprios etc (BRASIL, 2014).

Dessa forma, o educador social desenvolve suas atividades através do acompanhamento, planejamento e sob a orientação técnica de um profissional vinculado ao CRAS, sendo necessária à prática a continuidade das ações promovidas pelos educadores sociais (RODRIGUES; SANTOS, 2009).

Importante conceituar que a escuta faz parte da função do educador social, se constituindo em uma estratégia para criar um ambiente de confiança e, assim, firmar os vínculos, entremeada por uma postura de valorização e reconhecimento do outro (BRASIL, 2017).

A função do educador social necessita de organização e planejamento para a realização das atividades na perspectiva da interação social, promovendo o compartilhamento de experiências, respeitando as tomadas de decisões individuais e coletivas.

### **3 METODOLOGIA**

O estudo foi desenvolvido no município de Guarabira-PB, o qual está localizado no Agreste paraibano, limitando-se o Norte com Pirpirituba, ao Sul com Alagoinha e Mulungu, a Leste com Araçagi, a Oeste com Pilõezinhos e Cuitegi. Em 2010, a população do município era de 55.326 habitantes (IBGE, 2010), sendo estimada em 59.389 habitantes, para o ano de 2021 (IBGE, 2021).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento, objeto de estudo desta pesquisa, oferece o atendimento a aproximadamente 500 crianças e adolescentes, de 06 a 15 anos. As atividades desenvolvidas no formato de oficinas disponíveis no SCFV de Guarabira são: natação, futsal, xadrez, taekwondo, temas transversais (com os próprios educadores), teclado e sanfona. O atendimento acontece ainda com todas as faixas etárias inclusas, com um público de 6 a 17 anos.

A unidade do CRAS Centro (Figura 4) fica localizada no centro do município. O local serve também de sede para a Secretaria de Ação Social. Os educadores sociais dessa unidade, na época da coleta dos dados, estavam realizando atendimento em uma sala de dança. Os demais espaços como banheiro, cozinha são para uso de todos (CRAS e Secretaria de Ação Social), lembrando que as atividades (natação, futsal, taekwondo etc.) são realizadas em outros locais e isso acontece em todas as outras unidades. Quanto ao futsal e a natação, esses são realizados na Associação Atlética Banco do Brasil, Guarabira- AABB e o taekwondo, geralmente, tem sido realizado na academia do professor responsável por essa atividade).

**Figura 4 - CRAS-Centro**



**Fonte:** arquivo do CRAS-Centro (2021).

O CRAS Cordeiro (Figura 5), localizado no bairro do Cordeiro, dispõe de sala para setor administrativo, 2 banheiros, auditório, sala para os técnicos referência (psicóloga, assistente social) e sala para as atividades.

**Figura 5 - CRAS do Bairro do Cordeiro**



**Fonte:** dados da pesquisa (2022)

O anexo do CRAS - Centro no bairro São José (Figura 6), possui uma cozinha, 2 banheiros, uma sala para atividade, área externa coberta. Essa unidade não possui técnico referência por se tratar de um anexo do CRAS-Centro. A dependência do CRAS-Centro, envolve também o uso de computadores, impressoras e, as atividades mais irrelevantes, como a impressão de documentos, são feitas no CRAS-Centro.

**Figura 6** - Anexo do CRAS - Centro no bairro São José



**Fonte:** dados da pesquisa (2022)

Já as atividades desenvolvidas no Anexo do CRAS - Centro no bairro do Nordeste, são realizadas em um espaço de uma ONG (Movimento de Adolescentes e Crianças de Guarabira/PB (MAC), tendo esta, uma parceria com a prefeitura municipal.

**Figura 7 - Anexo do CRAS - Centro no bairro do Nordeste**



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Essa unidade possui 1 espaço para atividade, 1 banheiro, 1 cozinha e 1 espaço externo. Nessa instituição, também não há computador nem impressora, sendo assim, os serviços que envolvem digitação ou impressão devem também, serem realizados no CRAS-Centro.

### **3.1 Tipo de pesquisa**

Entende-se que a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade do objeto investigado (MARCONI; LAKATOS, 2003). Em termos de aspectos metodológicos, o estudo foi desenvolvido mediante uma abordagem qualitativa perspectiva descritiva, mediante aos objetivos propostos (GIL, 2008).

É descritiva porque buscou observar, registrar e descrever as características de um determinado fenômeno ocorrido em uma amostra ou população. Nesta pesquisa a intenção foi analisar a partir da perspectiva dos educadores sociais, os fatores que comprometem as ações educativas no âmbito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos - SCFV, realizado no município de Guarabira - PB.

### 3.2 Sujeitos da pesquisa

A amostra da pesquisa foi composta por dez (10) educadores, que representam 100% dos educadores sociais (ES) do município de Guarabira, os quais foram classificados de 1 a 10 para melhor descrever as falas que contextualizam os resultados da pesquisa em cumprimento aos procedimentos éticos para a pesquisa com humanos. Os participantes da pesquisa concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE (Termo em anexo).

Todos os participantes exercem a função no SCFV no CRAS de Guarabira-PB, sendo os mesmos pertencentes às unidades CRAS Centro, as quais são responsáveis pelo SCFV do Centro, bairro do São José e bairro do Nordeste (sendo o São José e Nordeste anexo a ele) e, ainda, do CRAS Cordeiro, funciona o SCFV do Cordeiro.

### 3.3 Coletas e análise dos dados

Os dados foram coletados via questionário composto por perguntas semiestruturadas *on-line* (*Google Forms*), (em apêndice), disponibilizado virtualmente durante o mês de fevereiro de 2022, enviado através das redes sociais “*e-mail* e o *WhatsApp*” dos participantes.

Após a coleta, os dados foram analisados conforme a técnica de análise conteúdo, tal como formulada por Bardin (2013). Para tanto, o *corpus* foi dividido em três etapas (Pré-análise/Exploração do material/Tratamento dos resultados): 1) A Pré-análise é constituída pela escolha e organização do material a ser analisado, é a fase em que se tem o primeiro contato com os dados coletados; 2) A Exploração do material, consiste na análise dos dados a partir de determinadas categorias; 3) O Tratamento dos resultados é a última etapa da análise de conteúdo, esta fase é o momento de diálogo entre os dados coletados na análise dos discursos e a teoria que fundamenta a pesquisa.

Posteriormente, a partir da coleta dos dados organizados via planilha *Excel* do *Google Forms*, montou-se o banco de dados para a análise das informações, dispondo-as de forma mais didática. Isso possibilitou a estruturação dos gráficos com questões de múltipla escolha e subjetivas, descritas nos resultados.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

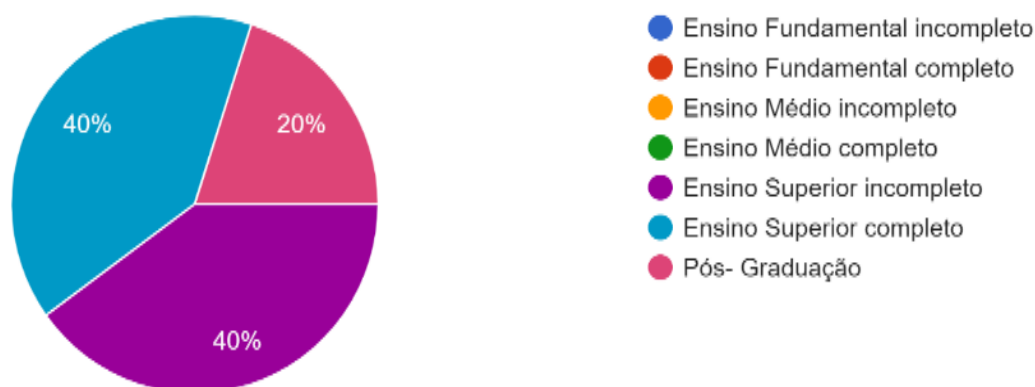
Apresentamos os resultados obtidos a partir dos questionários, sobre a atuação dos educadores sociais das unidades de atendimento do CRAS e dos SCFV de Guarabira-PB.

### 4.2 Perfil dos educadores sociais

De acordo com o perfil dos entrevistados, 100% afirmaram serem funcionários efetivos da prefeitura municipal de Guarabira-PB. Quatro (04) deles com 8 anos de atuação, três (3) educadores sociais com quatro (04) anos de atuação, um (01) com sete (07) anos, um (01) com 5 anos e um (01) seis meses. Quanto ao sexo dos entrevistados contatou-se que 60 % correspondiam ao sexo feminino e 40% ao sexo masculino.

Em relação aos dados de identificação da escolaridade dos entrevistados, contatou-se que 40% possuem o ensino superior completo, outros 40% possuem ensino superior incompleto e 20% têm nível de pós-Graduação (Figura 8).

**Figura 8** - Escolaridade dos educadores sociais



**Fonte:** dados da pesquisa (2022).

Todos os entrevistados relataram que começaram a trabalhar na função de educador social, ingressando na esfera municipal através de concurso público, como descrito pelo ES-6 que assim relatou: “Conheci e fui trabalhar na Educação Social, através de um concurso que fiz para educador social”. Já o ES-8 destacou “Tive o primeiro contato em 2009 e comecei a trabalhar com Educação Social e Educação Popular em 2011”.

## 4.2 Atuações dos educadores sociais

O SCFV deve oferecer um trabalho preventivo e proativo pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento das capacidades e potencialidades de cada usuário, com uma visão emancipatória para que os sujeitos desenvolvam capacidades de enfrentamento das vulnerabilidades sociais (CASTAMAN; MACHADO, 2020). Nesta perspectiva, quando indagados sobre o que é necessários para uma boa atuação como educador social, os informantes assim responderam:

ES.6 - Os conhecimentos necessários para uma boa atuação como educador social, terão que ser voltados para o verdadeiro papel do Educador na Sociedade e conhecer bem o público o qual é assistido por ele. Pois, é preciso conhecer, para oferecer uma melhor assistência.

ES.7 - Educador Social é responsável pela formação do indivíduo, com isso é preciso ter uma gama de conhecimentos pedagógicos. Além da Pedagogia, outros conhecimentos na área social e da educação também são de grande importância, como Serviço Social, Psicologia, Ciências Sociais e Artes Cênicas. Mediando conteúdos de forma clara e prazerosa. preparando os usuários para o exercício da cidadania.

ES.9- Além de um conhecimento prévio a respeito da conjuntura socioeducativa do município qual vai trabalhar, é imprescindível a habilidade interpessoal.

ES.10- O educador social assemelha um pouco com o profissional da educação (professor) quanto ao assistente social, então para desenvolver melhor a função tem que ter alguns conhecimentos e experiências de ambos os profissionais.

Conforme o relato dos entrevistados, existe a necessidade de conhecimentos mínimos para o exercício da profissão tais como: conhecimento sobre as políticas públicas, o papel do estado e da política de Assistência Social. Destacam ainda a importância de conhecer o ser humano (e os sujeitos), terem conhecimentos sobre Psicologia e da sociedade (Ciências Sociais), além das habilidades pedagógicas necessárias ao desenvolvimento de atividades como oficinas e ações comunitárias (encontros, fóruns, conferências).

Os entrevistados identificaram a necessidade da formação em nível superior quer seja na Pedagogia (educação) e/ou no Serviço Social (questões sociais) para que, assim, o educador social tenha um suporte teórico e metodológico para a sua atuação profissional.

Desse modo, compreendendo a importância das atribuições do educador social, foi questionado qual o nível de escolaridade deveria ser exigido para o bom desempenho dessa função. Sobre esse aspecto, 50% dos entrevistados destacaram que deveria ser exigido o nível superior em Pedagogia ou em Serviço Social, e 40% mencionaram que deveria ser a de um



curso superior na área de educação ou de assistência social e, ainda, 10% enfatizaram que só o ensino médio seria suficiente. Corroborando nessa direção o AS.2 destacou:

Eu acredito que deveria ser exigido nível superior na área de educação ou de assistência social, desempenhamos um papel importante diante dos jovens que atendemos, observamos em seus comportamentos muitas vezes com um olhar analítico dificuldades e "abusos" que eles possam está sofrendo em seus lares (atividade geralmente realizada por assistentes sociais), cuidamos de partes administrativas do serviço (organizações documentais), realizamos planejamentos de atividades e as executamos como se fossemos professores. O cargo de educador social exige tanto de seus profissionais que aqueles que não tivessem uma formação superior dificilmente conseguiria se manter no cargo ou desempenhá-lo com sucesso.

As respostas dos educadores ressaltam a importância do trabalho do educador social e, portanto, o curso superior na área de educação ou social só iria agregar valor ao desenvolvimento profissional do educador social. Nesta perspectiva, o estudo realizado sobre a formação dos educadores sociais de Vitória da Conquista - BA, assemelhou-se com o resultados aqui identificados “que os educadores sociais que já tiveram contato com a educação formal e possuem cursos de licenciatura, demonstraram maior facilidade para o trabalho” (RODRIGUES; SANTOS, 2020, p.5).

Na mesma linha de pensamento o ES. 7 afirmou que “Para um satisfatório exercício da profissão do educador social, seria necessário para pré-requisito ao acesso do cargo em concurso ou contratação o nível superior em Educação Social ou Pedagogia. Para que o profissional transforme esse conhecimento teórico em serviços e benefícios reais para as pessoas.”

Entende-se que as atividades utilizadas podem ser estratégicas no trabalho social para o fortalecimento de vínculos e da convivência, com relevância para o bom desenvolvimento do programa, pois é importante que sejam inovadoras para fortalecer os vínculos entre SCFV e as famílias atendidas.

Mediante a importância do trabalho do educador social, esse profissional corrobora com desenvolvimento de jovens e adolescentes dentro do município. O quadro 2 elenca as dez opiniões sobre a importância do educador social.

**Quadro 2-** Tendo em vista as funções que você desempenha enquanto educador social, qual a importância da formação do educador social? Justifique:

ES.1	Faz-se necessário se ter conhecimento para uma boa atuação em qualquer campo de trabalho. E o educador em específico não tem tido esse apoio na gestão, o que deveria ser priorizado tendo em vista que entramos sem exigência de curso para a área e não ter sido oportunizado formações ao longo desse tempo
ES.2	A formação do educador social é de suma importância, pois desempenha todas essas funções sem ter uma formação, uma orientação, sem saber o que está fazendo ou o que deve ser feito, pode levar o educador a negligenciar a própria função, e assim não atender a sociedade como ela realmente necessita.
ES.3	Agrega bagagem ao currículo para enfrentar as adversidades vindouras, capacitando o educador no universo social, tão escasso no nosso país.
ES.4	Sabendo que o trabalho exige um mínimo de conhecimento pedagógico como também conhecimento das demandas sociais, um curso preparatório seria de suma importância para a execução do serviço com mais propriedade.
ES.5	Melhoramento da oferta do serviço aos usuários
ES.6	A importância da formação do educador social, é primordial, no que diz respeito ao bom desempenho de seu trabalho.
ES.7	Um importante aspecto do trabalho desse profissional é conectar o educando com a sociedade, de modo que esse possa adquirir os recursos necessários para ter ações que promovam o desenvolvimento social por meio da cultura, das artes, dos esportes entre outros exercícios cotidianos. Para isso é importante instituir uma prática de formação permanente que permita ao educador social manter-se atualizado, proporcionando uma visão ampla, capaz de assegurar qualidade no desempenho de sua função. Pois, ser educador social é colocar em prática uma devida preparação técnica e, principalmente, a nossa atenção, sensibilidade, empatia, estar disponível para ouvir e acolher o outro.
ES.8	Fundamental, pois contribui na qualificação das intervenções provocadas e/ou realizadas pelo Educador(a).
ES.9	Vejo como algo necessário, é a partir do bom trabalho de um educador social que crianças e adolescentes em nível de vulnerabilidade social, começam a perceber e criar chances de serem autores das suas próprias histórias.
ES.10	O conhecimento específico faz diferença a qualquer profissional, porém a falta de compromisso da gestão com a categoria dificulta o desenvolvimento do serviço.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Em consonância com as informações relatadas pelos participantes da pesquisa destaca-se a importância socioeducativa das atividades promovidas com foco no enfrentamento das vulnerabilidades e, nesta perspectiva, um dos informantes destacou: ES-6 “o planejamentos e relatórios de atividades para incentivar a criatividade e inovação, promover a integração social, ministrar e/ou auxiliar osicineiros durante as oficinas, promover e proteger os direitos dos usuários”. A esse respeito:

[...] exige forte mudança na organização das atenções, pois implica em superar a concepção de que se atua nas situações só depois de instaladas, isto é, depois que ocorre uma “desproteção”. O termo “desproteção” destaca o usual sentido de ações emergenciais, historicamente atribuído e operado no campo da assistência social. A proteção exige que se desenvolvam ações preventivas (SPOSATI, 2009, p. 21).

Sobre a promoção, por parte da secretaria, de cursos de capacitação para realização de suas atividades, os entrevistados consideraram de grande importância, como menciona a ES. 2

Sim, realizei. Foram muito importantes, porque foi através desses cursos que recebi a orientação necessária sobre como atuar como Educadora Social, assim como adquirir o conhecimento sobre o programa em que nós atuamos, no caso, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e fiquei ciente dos meus direitos e deveres enquanto educadora social do município”.

No entanto, o ES.7 questionou a falta de projetos de formação, em serviço, para os profissionais que atuam na área. Essa lacuna, segundo o entrevistado, termina sendo suprida pelo próprio profissional quando busca, por conta própria, uma formação que possibilite uma melhor atuação como educador social. Em suas palavras:

A gestão pública não nos proporciona uma formação adequada para os educadores sociais. Porém, busquei essa formação cursando a graduação em Pedagogia que foi grande valia, pois esses conhecimentos colocam em prática o ensino de forma mais metodológica e humanizada para situar os usuários do SCFV de sua realidade para melhorar a perspectiva de vida na qual estão inserido”.

Os cursos e capacitações deveriam fazer parte, estruturalmente, da formação continuada, necessária para que o educador social acompanhe as reformas que ocorrem nos setores educacional e de assistência social como menciona Freire (2002),

Uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. [...] A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a ‘autoridade’ do ‘não eu’, do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu (FREIRE, 2002, p. 41).

Assim, 40% dos entrevistados destacaram não terem recebido curso, acompanhamento e/ou orientação do técnico (a) do SCFV e 60% destacaram que, sim, porém não tem sido com frequência como destaca a ES 2:

De certa forma sim. Em geral, uma vez no mês ou uma vez a cada dois meses. Não atende as necessidades da minha atuação, pois, as orientações que recebemos do técnico, os planejamentos que fazemos junto com ele, a maioria de tudo isso não conseguimos realizar porque não recebemos apoio nem os recursos necessários que a gestão deveria nos fornecer.

Por sua vez, o ES.9 reafirmou que as orientações são disponibilizadas “pela equipe técnica, entretanto é nítido que essa é superficial e não favorece o corpus por inteiro”.

Essa ausência de espaços formativos no âmbito dos serviços, pode afetar a “identidade do trabalhador da assistência social referenciada em princípios éticos, políticos e técnicos,

qualificada para assumir o protagonismo que a implantação do SUAS requer” (BRASIL, 2007, p.18) e consequente afeta também a proposta das atividades oferecidas aos usuários do serviço.

Sobre as principais atividades desenvolvidas pelos educadores sociais foi possível realizar uma síntese das principais atividades a partir das informações coletadas nas entrevistas. Conforme o quadro 1:

**Quadro 1** - Principais ações/atividades que você desenvolve enquanto Educador Social.

1 Atividades educativas ou pedagógicas;
2 Acompanhar os usuários durante a realização das oficinas;
3 Planejamentos e relatórios mensais todas as atividades que foram realizadas;
4 Organizar toda a parte documental do serviço e dos usuários;
5 Manter atualizados os dados sobre os usuários, como quantidades, faixa etária, horários de participação no serviço, condição social etc.

**Fonte:** dados da pesquisa (2022).

Os informantes foram questionados sobre a análise que fazem das práticas socioeducativas construídas no SCFV? A esse respeito, ES 2 destacou

Poderiam ser melhoradas de uma forma grandiosa, caso os planejamentos realizados fossem postos em prática, caso os educadores sociais, que são os profissionais diretamente ligados ao público final do serviço fossem mais valorizados, tanto em questão salarial, como em terem suas reclamações acerca das condições de trabalho ouvidas e resolvidas pela gestão, tendo em vista que nós educadores temos conhecimento de que os recursos existem, só não são aplicados.

Nesta mesma perspectiva o ES 7, assim se manifestou: “Infelizmente, mal planejada e orientada. As práticas educativas desenvolvidas nesses espaços socioassistenciais precisam ser investigadas e valorizadas, de modo que seu caráter formativo seja problematizado quanto às possibilidades de promoção da transformação social”.

Tal perspectiva é importante pois possibilita compreender quais as dificuldades enfrentadas na atuação do educador social e, dessa forma, 40% dos entrevistados descreveram que é a falta de infraestrutura, outros 40% mencionaram que é a falta de planejamento e 20% afirmaram ser a desvalorização profissional e salarial, tal como expresso por ES 7:

Desvalorização profissional e salarial; Ausência de formação; Falta de auxílio técnico pedagógico; Falta de materiais educativos; não efetivação dos planejamentos; Atendimento os usuários sem que haja divisão por faixas etárias; Demanda de

usuários com laudos médicos sem a existência de um acompanhamento devido; Espaço físico insuficiente e inadequados e a ausência de interação entre educadores, coordenação e equipe técnica.

Quanto a identificação dos fatores que comprometem as ações educativas no âmbito dos SCFV, do município de Guarabira, 70% descreveram que é a falta de sensibilização da gestão e comprometimento com SCFV e 30% destacam a necessidade de Infraestrutura física e pedagógica para a realização do trabalho mais efetivo. Para ES 7,

A falta de comprometimento para desenvolver ações efetivas no Serviço de Convivência, é um fator agravante no âmbito dos SCFV, do município de Guarabira - PB. É preciso existir um olhar mais sensível ao social para melhoria da qualidade de vida dos usuários, família e comunidade, para colaborar na superação das suas vulnerabilidades sociais. Para isso, demanda uma equipe bem qualificada, valorizada e bem articulada com a gestão para que ocorra o sucesso dos objetivos.

Compreende-se que as dificuldades relacionadas à infraestrutura adequada para o atendimento, organização, a não efetivação dos planejamentos realizados das atividades socioeducacionais e a desvalorização salarial entre outros, são fatores que comprometem a qualidade do SCFV. Em síntese dos resultados obtidos existem fatores que dificultam o trabalho do educador social como: a infraestrutura física e a colaboração da gestão pública municipal em disponibilizar ambientes com suportes para um bom desenvolvimento das atividades.

Importante ressaltar que o comprometimento da gestão municipal com o SCFV fará uma grande diferença, pois irá colaborar diretamente com a diminuição dos índices de vulnerabilidades sociais em âmbito municipal.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme os objetivos propostos no estudo, identificou-se que os principais fatores que comprometem o desenvolvimento do SCFV relacionam-se com a questão da infraestrutura adequada para o atendimento do público-alvo, além do fator formação para o exercício da função de Educador Social.

Identificou-se que o SCFV tem uma proposta integradora, na qual a criança e o adolescente são inseridas e acompanhadas, tendo em vista o desenvolvimento educacional e social, com vistas para a redução das vulnerabilidades sociais.

O profissional que exerce a função de educador social é de grande importância no desenvolvimento da assistência social e educacional, no entanto ressaltamos a necessidade da formação continuada para o melhor desenvolvimento das atividades.

Portanto, a pesquisa identificou que a formação do educador social ainda necessita superar alguns desafios com a exigência de nível superior para o exercício da função, além de um conhecimento mais elaborado de práticas pedagógicas e metodológicas para inserção das crianças e dos adolescentes no contexto da inclusão social. Além do que, a formação na área de educação, poderia relacionar-se aos conhecimentos fornecidos pela Pedagogia Social.

Se torna urgente uma vinculação entre as esferas governamentais de níveis municipais, estaduais e federais, tendo em vista a promoção de capacitações e valorização profissional para uma melhor aplicabilidade do SCFV.

Como sugestões para estudos, torna-se também, emergencial o fomento de condições adequadas de trabalho quanto à infraestrutura de atendimento do SCFV, como confirmou a investigação do desenvolvimento das ações na perspectiva dos usuários da assistência social.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Elena. **Serviços socioassistenciais: o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Proteção Social Básica do SUAS**. Monografia - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, 57 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2013.

BORBA, Gabriela Ferreira de. **O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos: o olhar dos adolescentes atendidos**. 2019.

BRASIL. **Caderno de orientações Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2016. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Cartilha\\_P\\_AIF\\_1605.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Cartilha_P_AIF_1605.pdf). Acesso em 21 de março de 2022.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos (NOB RH SUAS) comentada**, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos** – Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 nov. 2009.

BRASIL. **Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de até 06 anos e suas famílias**. Departamento de proteção social básica Brasília, 2010. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/cartilha-mds-servicos-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos.pdf>. Acesso em 20 de março de 2022.

CALIMAN, Geraldo. A Pedagogia Social na Itália. In: SOUZA NETO, João Clemente de; SILVA Roberto da; MOURA Rogério (org). **Pedagogia Social**. São Paulo: Ed. Expressão e arte, 2009.

CASTAMAN, Ana Sara; MACHADO, Andréia Paula Franceschi. Um projeto socioeducativo com crianças e jovens do Lar da Menina. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 11, n. 2, p. 125-134, 2020.

DIAS, Luciana Silva; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima O planejamento didático na atuação de pedagogas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em João Pessoa-PB. **Revista Educação & Formação**, v. 5, n. 2, 2020, p. 133-149.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONTIJO, Daniela Tavares; MEDEIROS, Marcelo. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 467-475, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, censo demográfico IBGE, 2021. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/guarabira/panorama> > Acesso em 11 de setembro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE, **Censo Demográfico**, 2010. disponível: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/guarabira/panorama> >. Acesso em 11 de setembro de 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos (NOB RH SUAS)** comentada, 2016.

MEDEIROS, Janine. **O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: a percepção das famílias**. 2016 (monografia). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico. Serviço Social, 2019. p.101.

MINATEL, Martha Moraes; ANDRADE, Lívia Costa de. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e a terapia ocupacional: um relato de experiência na construção da cidadania e participação social1. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, p. 309-329, 2020.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Brasil, 2012. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS\\_2012.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf). Acesso em 29 de março de 2022.

RODRIGUES, Priscila da Silva; SANTOS, Igor Tairone Ramos. **A formação do educador social que trabalha no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (scfv) da zona urbana de vitória da conquista** Disponível em: [http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/8378-TEXTO\\_PROPOSTA\\_COMPLETO.pdf](http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/8378-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf) . Acesso em 24 de março de 2022.

SPOSATI, **Proteção Social na América Latina em Contexto da Globalização**. Brasil: Permalink, 2011. <http://www.capemisasocial.org.br/capemisasocial/blog/Lists/Postagens/Post.aspx?ID=33>. Acessado em 10 de março de 2022.



## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

### Questionário que será aplicado aos Educadores Sociais do município de Guarabira-PB

Gênero: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Local de moradia: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Se estiver cursando identificar o curso: \_\_\_\_\_

Local de atuação: \_\_\_\_\_

Vínculo de Trabalho: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo atua como educador social? \_\_\_\_\_

1 Como conheceu e foi trabalhar na Educação Social?

2 Quais os conhecimentos necessários para uma boa atuação como educador social?

3 Realizou cursos ou formações sobre Educação Social? Foram importantes? Justifique:

4 Recebe acompanhamento e orientação do técnico (a) do SCFV? Com que frequência? Atende às necessidades de sua atuação?

5 Liste as principais ações/atividades que você desenvolve enquanto educador social.

6 Como você analisa as práticas socioeducativas construídas no SCFV?

7 Quais as principais dificuldades enfrentadas na sua atuação como educador social?

8 Para você, quais os fatores que comprometem as ações educativas no âmbito dos SCFV, do município de Guarabira - PB?

9 Tendo em vista as funções que você desempenha enquanto educador social, qual a importância da formação do educador social? Justifique:

10 Pensando nas atribuições do educador social, que nível de escolaridade deveria ser exigido para o bom desempenho dessa função? Justifique sua resposta:

**ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE****UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA UEPB-CAMPUS III****CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -TCLE**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Os fatores que limitam/comprometem as ações educativas no contexto das políticas de assistência social: um olhar dos educadores sociais que atuam nos Serviços de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos do município de Guarabira - PB” a ser conduzida pela(o) acadêmica (o) Emanuelle Rufino de Aquino, sob a orientação da Prof. Marcelo Saturnino da Silva, do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Peça orientação quantas vezes for necessário para esclarecer todas as suas dúvidas.

O objetivo de analisar, a partir da perspectiva dos educadores sociais, os fatores que comprometem as ações educativas no âmbito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos - SCFV, do município de Guarabira - PB. Caso você aceite o convite, você participará de uma entrevista, com duração aproximada de 30 minutos, preferencialmente gravada, com aproximadamente dezoito (18) questões, realizada no *Google Forms* disponível no link: <https://forms.gle/9KREP8U4Aur47Bu8A>.

Participar desta pesquisa poderá oferecer riscos mínimos a você referentes a possíveis constrangimento ou cansaço ao responder à entrevista. Caso isso ocorra, você pode interromper sua participação sem nenhum problema. Sinta-se absolutamente à vontade em deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa e com a certeza de que você não terá qualquer prejuízo. Caso você venha a sofrer qualquer dano ou prejuízo decorrente desta pesquisa, você terá garantia de indenização.

Todas as informações colhidas serão analisadas em caráter estritamente científico, os pesquisadores serão os únicos a ter acesso aos dados e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas da área da educação e mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade.

Os dados da sua entrevista serão utilizados apenas para essa pesquisa e ficarão armazenados por pelo menos cinco anos, em sala e armário chaveados, de posse do pesquisador responsável, podendo ser descartadas (deletados e incinerados) posteriormente ou mantidos armazenados em sigilo. Você não terá despesas pessoais em qualquer fase deste estudo e não há compensação

financeira relacionada à sua participação. Por outro lado, embora esta pesquisa não lhe ofereça benefícios diretos imediatos, você poderá contribuir para uma melhor compreensão sobre as singularidades, potencialidades e desafios na clínica da pessoa idosa, contribuindo na construção de aportes teóricos que poderão favorecer uma reflexão sobre a prática/atuação profissional.

O pesquisador assistente, que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 466/12, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

Duas vias deste documento estão sendo rubricadas e assinadas por você e pelo pesquisador. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa. Caso você queira maiores explicações sobre a pesquisa você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável por este estudo, através do telefone: 83 98803-2161; do e-mail <mailto:emanuelleaquino187@gmail.com> ou pessoalmente no endereço na Rua: Rosil Guedes, 138, Nordeste 1- Guarabira - PB.

### DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa intitulada “XX”.

Estou ciente que receberei uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador responsável. Entendo que ao assinar este documento, não estou abdicando de nenhum de meus direitos legais.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Emanuelle Rufino de Aquino  
Pesquisador Assistente

\_\_\_\_\_  
Data

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me proporcionado chegar até aqui me dando força e coragem para superar todos os desafios.

Aos meus pais, Aurenice e Gonzaga, que me incentivaram desde os anos iniciais, sendo a minha mãe professora, o meu exemplo maior.

À minha filha, Laísa, e ao meu esposo, Paulo Sérgio, que sempre me apoiaram, me compreenderam e me ajudaram nos momentos mais difíceis.

À minha irmã, Danyelle, que sempre está comigo sendo meu ponto de apoio.

A Marcelo, meu orientador, por todo o tempo que dedicou em me ajudar.

Aos meus colegas de turma, que sempre me apoiaram e contribuíram para que eu chegasse nesta fase da graduação.

Enfim, agradeço a todos e todas que estiveram ao meu lado nesse percurso de forma direta ou indireta, fica registrada aqui, minha sincera gratidão!